

O mundo como ele é

The world as it is

JOSÉ LUÍS FIORI | jlfiori@uol.com.br.

Professor titular de Economia Política Internacional da UFRJ, Brasil.

“Como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar” N. Maquiavel, *O Príncipe*, 1513

No primeiro número do *Jornal de Resenhas*, publicado pela *Discurso Editorial*, da Universidade de São Paulo, em março de 2009, o professor Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu um artigo (“O mundo menos sombrio”) sobre o livro “O Mito do Colapso do Poder Americano”, publicado por mim e meus dois colegas do Programa em Economia Política Internacional da UFRJ, os economistas Carlos Medeiros e Franklin Serrano. Bresser Pereira elogia o livro que ele considera “original e instigante”, mas dedica quase toda sua resenha à crítica do meu artigo no livro, sobre “o sistema inter-estatal capitalista, no início do século XXI”. O professor me atribui uma “visão sombria do mundo”, que segundo ele, não reconhece a existência do progresso, e está calcada sobre idéias geopolíticas e concepções diplomáticas ultrapassadas, do século XIX. Nas palavras do professor Bresser: “Fiori não compreendeu que a geopolítica do equilíbrio de poderes, a prática do imperialismo explícito deixaram de fazer sentido devido a uma série de novos fatos históricos [...], esta abordagem das relações internacionais não tem mais espaço no mundo em que vivemos do pós-colonialismo, da globalização, do sistema político global, e da democracia em que vive-

mos hoje [...] com a globalização, todos os mercados estão abertos e é inimaginável que um país recuse vender a outro, por exemplo, petróleo a preço de mercado..[...] Resulta ainda daqueles fatos que a guerra entre grandes países também não faz mais sentido [...] No século XX, as guerras entre as grandes potências não faziam sentido porque todas as fronteiras já estavam definidas” (J.R., p:7)

A visão do professor Bresser lembra muito Francis Fukuyama, e sua velha tese sobre o “fim da história” e a vitória da “democracia e do mercado”, que foi publicada depois do fim da Guerra Fria, e logo em seguida foi atropelada pelos fatos e esquecida pelos analistas internacionais. De qualquer maneira, a história passada, e a própria do século XX, parecem contradizer as expectativas do professor Bresser. Com relação à sua tese do “fim das guerras”, por exemplo, o historiador e sociólogo norte-americano, Charles Tilly apresenta alguns dados que são contundentes: “de 1480 a 1800, a cada dois ou três anos iniciou-se em algum lugar um novo conflito internacional expressivo; de 1800 a 1944, a cada um ou dois anos; a partir da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos, a cada quatorze meses. A era nuclear não diminuiu a tendência dos séculos antigos a guerras mais frequentes e mais mortíferas [aliás], desde 1900, o mundo assistiu a 237 novas guerras, civis e internacionais... [enquanto] o sangrento século XIX contou 205 guerras” (Charles Tilly, *Coerção, capital e Estados europeus*, Edusp, 1996, p. 123 e 131.). Da mesma maneira, fica difícil de aceitar a tese do “fim do imperialismo” defendida pelo professor no exato momento em que as grandes potências – velhas e novas – se lançam sobre a África, e sobre a América Latina, disputando palmo a palmo o controle monopólico dos seus mercados e das fontes de energia e matérias primas estratégicas; e soa quase ingênua a sua idéia dos “mercados abertos”, num mundo em que todas as grandes potências impedem o acesso às tecnologias de ponta, não aceitam a venda de suas empresas estratégicas, e protegem de forma cada vez mais sofisticada seus produtores industriais e seus mercados agrícolas. Mesmo do ponto de vista político, não parece que esteja assegurada no mundo a “legitimidade exclusiva da democracia”, de que fala Bresser, porque grande parte da população mundial não vive em regimes democráticos, nem há indícios que queira fazê-lo. Por último, ao contrário do que pensa o professor, a tese que associa a “geopolítica do equilíbrio de poderes” com as guerras, não é original nem exclusiva do século XIX, foi concebida na Grécia e pelo menos desde o Congresso de Viena, em 1815, existe alguma forma de “sistema político mundial”, que nunca impediu a multiplicação das soberanias e das guerras nacionais. Mas nada disto é muito relevante, porque sonhos e utopias não se desmontam com números e

fatos, e o direito de sonhar é um direito universal de todos os homens, e portanto, também do professor Bresser. O que nos distingue, não é nossa taxa de otimismo, nem muito menos o nosso apreço pessoal pela paz e pela democracia. De fato, o professor Bresser e eu temos duas visões teóricas absolutamente diferentes sobre o sistema mundial, e acho que o professor Bresser não compreendeu exatamente o lugar que o poder, o capital e as guerras ocupam dentro da minha visão.¹ Por isto, me parece melhor expor minha própria posição do que discutir inutilmente a utopia do professor.

Minha pesquisa começou há mais de 20 atrás, com o estudo da “crise dos anos 70” e a “restauração liberal-conservadora” da década de 80, e seguiu com o acompanhamento das transformações econômicas e geopolíticas das décadas seguintes. A impossibilidade de entender esta conjuntura a partir de si mesma me levou a uma longa viagem no tempo, até as origens do “sistema inter-estatal capitalista”, para conseguir entender suas tendências de longo prazo. Comecei pelas “guerras de conquista” e pela “revolução comercial” que ocorreram na Europa nos séculos XII e XIII, para chegar até à formação dos estados e das economias nacionais européias e o início de sua vitoriosa expansão mundial, a partir do século XVI. Como é sabido, na Europa, ao contrário do que aconteceu nos impérios asiáticos, a desintegração do Império Romano e, depois, do Império de Carlos Magno provocou uma fragmentação do poder territorial e um desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI. Nos dois séculos seguintes, entretanto – entre 1150 e 1350 – aconteceu a grande revolução que mudou a história da Europa, e do mundo: foi naquele período que se forjou no continente europeu, uma associação indissolúvel e expansiva, entre a “necessidade da conquista”, e a “necessidade de produzir excedentes” cada vez maiores, que se repetiu, da mesma forma, em várias unidades territoriais soberanas e competitivas, que foram obrigadas a desenvolver sistemas de tributação e criar suas próprias moedas, para financiar suas guerras de conquista. As guerras e os tributos, as moedas e o comércio, existiram sempre, em todo tempo e lugar. A grande

1 Os resultados progressivos de nossa pesquisa sobre o sistema mundial aparecem nos artigos: “Globalização, hegemonia e império”, in M.C.Tavares e J.L.Fiori (Org), *Poder e dinheiro, uma economia política da globalização*, Ed. Vozes, 1997; “Estados, moedas e desenvolvimento”, in J.L.Fiori (Org), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Ed. Vozes, 1999; “Sistema mundial: império e pauperização”, in J.L.Fiori e C.Medeiros (Org), *Polarização mundial e crescimento*, Ed. Vozes, 2001; “Formação, expansão e limites do poder global”, in J.L.Fiori (Org), *O poder americano*, Ed. Vozes, 2004; e finalmente, no “Prefácio”, de J.L.Fiori, *O poder global e a nova geopolítica das nações*, Ed. Boitempo, 2007.

novidade européia foi a forma em que se combinaram, somaram e multiplicaram em conjunto, dentro de pequenos territórios altamente competitivos, e em estado de permanente preparação para a guerra. Na Europa, a preparação para a guerra, e as guerras propriamente ditas, se transformaram na principal atividade de todos os seus “príncipes”, e a necessidade de financiamento destas guerras se transformou num multiplicador contínuo da dívida pública e dos tributos. E, por derivação, num multiplicador do excedente e do comércio, e também, do mercado de moedas e de títulos da dívida, produzindo e alimentando – dentro da Europa – um “circuito acumulativo” absolutamente original, entre os processos de acumulação do poder e da riqueza.

Não há como explicar o aparecimento desta “necessidade européia” da “acumulação do poder” e do “excedente produtivo”, apenas a partir do “mercado mundial” ou do “jogo das trocas”. Mesmo que os homens tivessem uma propensão natural para trocar – como pensava Adam Smith – isso não implicaria necessariamente que eles também tivessem uma propensão natural para acumular lucro, riqueza e capital. Porque não existe nenhum “fator intrínseco” à troca e ao mercado que explique a necessidade “compulsiva” de produzir e acumular excedentes. Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas”, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela “acumulação do poder”, mesmo no caso das grandes repúblicas mercantis italianas, como Veneza e Gênova.

Agora bem, do meu ponto de vista, o conceito de poder político tem mais a ver com a idéia de fluxo do que com a de estoque. O exercício do poder requer instrumentos materiais e ideológicos, mas o essencial é que o poder é uma relação social assimétrica indissolúvel, que só existe quando é exercido; e para ser exercido, precisa se reproduzir e acumular constantemente. A “conquista”, como disse Maquiavel, é o ato fundador que instaura e acumula o poder, e ninguém pode conquistar nada sem ter poder, e sem ter mais poder do que o que for conquistado. Num mundo em que todos tivessem o mesmo poder, não haveria poder. Por isso, o poder exerce uma “pressão competitiva” sobre si mesmo, e não existe nenhuma relação social anterior ao próprio poder. Além disto, como a guerra é o instrumento em última instância da conquista e da acumulação do poder, ela se transformou num elemento co-constitutivo deste sistema de poderes territoriais que nasceu na Europa, e que depois se expandiu

pelo mundo. Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista europeu é indissociável do poder político e das guerras, e a teoria sobre a formação deste “universo europeu” tem que começar pelo poder e pelas suas guerras, pelos tributos e pelo excedente, e pela sua transformação em dinheiro e em capital, sob a batuta do poder dos “soberanos”. O “fator endógeno” ou “primeiro princípio” que move este universo é exatamente esta força da compulsão sistêmica e competitiva que leva à acumulação sem fim do poder e do capital. E do meu ponto de vista, o poder tem precedência lógica, dentro desta relação simbiótica, a despeito que a “acumulação de capital” tenha adquirido uma “autonomia relativa” cada vez mais extensa e complexa, com o passar dos séculos.

Mais tarde, depois do “longo século XVI” e da formação na Europa dos seus primeiros estados nacionais” se mantiveram estas mesmas regras e alianças fundamentais, que haviam se estabelecido no período anterior. Com a diferença que, no novo sistema de competição, as unidades envolvidas eram grandes territórios e economias articulados num mesmo bloco nacional, e com as mesmas ambições expansivas e imperialistas. O objetivo da conquista não era mais a destruição ou ocupação territorial de outro Estado, poderia ser apenas a sua submissão econômica. Mas a conquista e a monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiu sendo a mola propulsora do novo sistema. No novo sistema inter-estatal, a produção do excedente e os capitais de cada país passaram a ser uma condição indispensável de seu poder internacional. E foi dentro dessas unidades territoriais expansivas que se forjou o “regime de produção capitalista”, que se internacionalizou de mãos dadas com estes novos impérios globais criados pela conquista destes primeiros estados europeus. E depois do século XVI, foram sempre estes estados expansivos e ganhadores que também lideraram a acumulação de capital, em escala mundial. Além disto, a chamada “moeda internacional” sempre foi a moeda destes estados e destas economias nacionais mais poderosas, transformando-se num dos principais instrumentos estratégicos, na luta pelo poder global.

A expansão competitiva dos “Estados-economias nacionais” europeus criou impérios coloniais e internacionalizou a economia capitalista, mas nem os impérios, nem o “capital internacional” eliminaram os Estados e as economias nacionais. Neste novo sistema inter-estatal, os Estados que se expandiam e conquistavam ou submetiam novos territórios também expandiam seu “território monetário” e internacionalizavam seus capitais. Mas, ao mesmo tempo, seus capitais só puderam se internacionalizar na medida em que mantiveram seu vínculo com alguma moeda nacional, a sua própria ou a de um Estado nacional mais poderoso. Por isso,

se pode dizer que a globalização econômica sempre existiu e nunca foi uma obra do “capital em geral”, nem levará jamais ao fim das economias nacionais. Porque de fato, a própria globalização é o resultado da expansão vitoriosa dos “Estados-economias nacionais” que conseguiram impor seu poder de comando sobre um território econômico supranacional cada vez mais amplo, junto com sua moeda, sua dívida pública, seu sistema de crédito, seu capital financeiro e suas várias formas indiretas de tributação.

Da mesma forma, do meu ponto de vista, qualquer forma de “governo mundial” é sempre uma expressão do poder da potência, ou das potências que “lideraram” o sistema inter-estatal capitalista. Muitos autores falam em “hegemonia” para referir-se à função estabilizadora desse líder dentro do núcleo central do sistema. Mas esses autores não percebem – em geral – que a existência dessa liderança ou hegemonia não interrompe o expansionismo dos demais Estados, nem muito menos, o expansionismo do próprio líder ou *hegemon*. Por isso, toda potência hegemônica é sempre, ao mesmo tempo, auto-destrutiva, porque o próprio *hegemon* acaba desrespeitando as regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir acumulando seu próprio poder, como se pode ver no caso americano, depois do fim da Guerra Fria. Onde, é logicamente impossível que algum país “hegemônico” possa estabilizar o sistema mundial, como pensam vários analistas internacionais. Neste “universo em expansão” que nasceu na Europa, durante o “longo século XIII”, nunca houve nem haverá “paz perpétua”, nem “sistema políticos internacionais” estáveis. Porque se trata de um “universo” que precisa da preparação para guerra e das crises para poder se ordenar e “estabilizar”. E através da história, foram quase sempre estas guerras e estas crises que abriram os caminhos da inovação e do “progresso”, na história deste sistema inventado pelos europeus.

É nesta visão do sistema mundial e não apenas em opiniões e vaticínios, que se funda a minha avaliação sobre o “mito do colapso americano”. Ela me permite também sustentar a tese que defendo no meu artigo, de que está em curso uma grande “explosão expansiva” do sistema inter-estatal capitalista, e uma nova corrida imperialista entre as grandes potências, que deverá se intensificar nos próximos anos. Mas este não é um mundo “sombrio”, é apenas o mundo em que nascemos.

Cronologia do processo editorial

Recebimento da comunicação: 19-ago-2009 | Aceite: 21-ago-2009.